

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FISCALIZA MAIS 2022

RELATÓRIO FINAL

(Art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 2022)

O **Fiscaliza Mais** é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito comissões permanentes da Casa por meio de seus instrumentos ordinários.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Tema escolhido: Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas

Deputado Noraldino Júnior

Relator

Belo Horizonte

Ano 2022

Fiscaliza Mais 2022

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório Final

Tema escolhido:

Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas

Objetivos:

Objetivo geral: Acompanhar as ações executadas pelo Estado para a mitigação das mudanças climáticas.

Objetivos específicos:

- I. Acompanhar o desmatamento total no Estado de Minas Gerais;
- II. Acompanhar a área impactada por Autorização de Intervenção Ambiental – AIA;
- III. Acompanhar a área destinada a restauração/recuperação ou área com restauração/recuperação iniciada, tendo como base a execução da *Ação 4276 – Recuperação Ambiental* –, no âmbito do *Programa 104 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conserváveis, a Fauna e a Biodiversidade Florestal*, do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, executado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF.
- IV. Acompanhar a elaboração do Plano de Ação Climática, que está sendo coordenada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam.

I – Contextualização do tema:

As mudanças climáticas provocadas pelo crescente aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) são uma realidade, cujos impactos e custos estão cada vez mais condicionados ao nível de adaptação local a essas transformações, bem como ao grau de transição para a economia de baixo carbono dos territórios.

Diante de um cenário de evolução de ocorrências de eventos climáticos, Minas Gerais se caracteriza pela grande presença de áreas vulneráveis a eventos extremos, principalmente na região Norte, em que é grande a vulnerabilidade social e baixa a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.

Lembre-se que no início de 2019 diversas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – sofreram com intensas chuvas, que geraram alagamentos e deslizamentos. Em 2021, 139 cidades do Norte de Minas decretaram estado de emergência devido à falta de água, e a usina hidrelétrica de Furnas, a maior do Estado, foi bastante impactada, quando operou com cerca de 17% da sua capacidade. Já no início de 2022 novamente foram observados altos índices de precipitação, que causaram prejuízos em cerca de 119 mil hectares de lavouras e colocaram 341 municípios em estado de emergência¹.

Segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, Minas Gerais representa aproximadamente 6,7% das emissões brutas totais do País. O setor de Agropecuária é o maior emissor de GEE do Estado, seguido dos segmentos de Energia, Mudança de Uso da Terra e Florestas, Processos Industriais e Resíduos².

Desde 2005, com a criação do Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas, Minas vem construindo uma extensa base de instrumentos políticos e compromissos assumidos em relação à agenda climática. Associado ao ICLEI América do Sul desde 2007, o Estado tem realizado, ao longo dos anos, ações que ratificam sua posição no enfrentamento da crise climática, como a participação, desde 2021, do projeto *Race to Zero*, que busca zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. Nesse contexto, o Inventário de Gases de Efeito Estufa configura ferramenta fundamental para análise do cenário atual de emissões, além de fornecer embasamento para a construção de metas de redução da emissão de GEE em seu Plano Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, cuja previsão de conclusão é novembro de 2022.

1 4º Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa – Fundação do Meio Ambiente – Feam 2022

2 Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Análise das Emissões Brasileiras de Gases de Efeito Estufa e suas Implicações Para as Metas de Clima do Brasil 1970-2019, 2020. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/seeg-8-analise-das-emissoes-brasileiras-de-gases-de-efeito-estufa-e-suas-implicacoes-para-metas-de-clima-brasil-1970-2019/#efeitoestufa-e-suas-implicacoes-para-metas-de-clima-brasil-1970-2019/%3E>.

2 – SÍNTESE DOS TRABALHOS

Apresentam-se a seguir as atividades realizadas.

2.1 – Audiências Públicas Realizadas

Audiências Públicas Realizadas pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
Data	Finalidade
23/06/2022	Debater a emissão de carbono a partir dos índices de desmatamento totais registrados no Estado e seu impacto na emissão total. https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2022/06/23_fiscaliza_mais_meio_a_mambiente_monitoramento
26/08/2022	Debater o papel da sociedade civil na construção das políticas públicas de enfrentamento da crise climática. Os participantes pontuaram que o enfrentamento da crise climática ainda depende de maior integração de ações e de compromisso articulado de governos, segmentos econômicos e sociedade civil. https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2022/08/26_meio_ambiente_ouve_sociedade_sobre_crise_climatica
25/10/2022	Debater a adoção do Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática como política de Estado e referencial para acompanhamento do enfrentamento das mudanças climáticas no território mineiro e, ainda, debater a elaboração do Plano de Ação Climática do Estado, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022. https://www2.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2022/10/25_meio_ambiente_indice_plano_vulnerabilidade_climatica

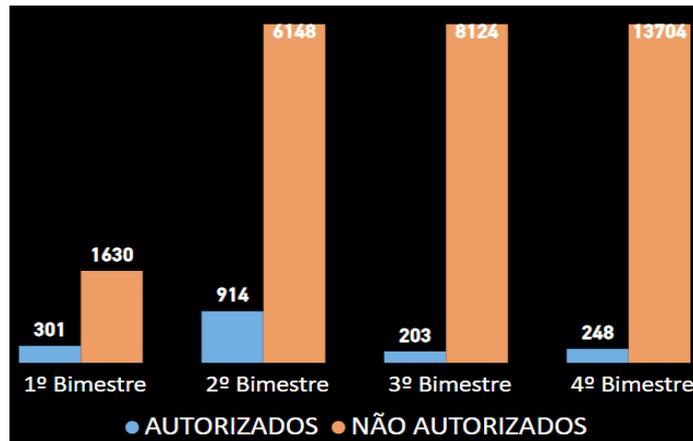
2.2 – Acompanhamento do Desmatamento total no Estado de Minas Gerais

O Instituto Estadual de Florestas – IEF – realiza, por meio de sua Gerência de Monitoramento Territorial e Geoprocessamento, o monitoramento contínuo da cobertura vegetal em Minas Gerais. Esse projeto teve início em 2009, em parceria com a Universidade Federal de Lavras e, a partir de 2011, passou a ser responsabilidade exclusiva do IEF.

O objetivo principal dessa iniciativa é identificar as áreas onde houve desmatamento em um curto intervalo de tempo, com metas de atualização diária, para possibilitar uma rápida ação no planejamento da fiscalização. A metodologia utiliza técnicas de interpretação visual de imagens do satélite *Sentinel 2*, com 10 metros de resolução espacial e capacidade de imageamento de uma

mesma área a cada 5 dias. Os desmatamentos detectados são cruzados com os dados de autorização para intervenção ambiental e com aqueles identificados como não autorizados.

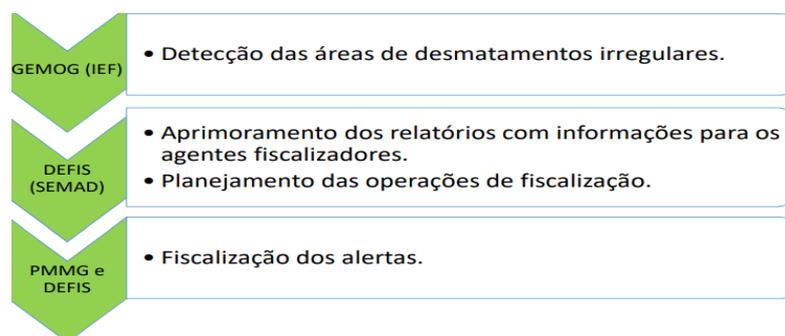
O gráfico 1 apresenta a evolução da área desmatada (autorizada e não autorizada), identificada pelo IEF, por meio do monitoramento contínuo, via satélite, nos quatro primeiros bimestres de 2022:



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Gráfico 1 – Monitoramento Contínuo – Áreas desmatadas em 2022

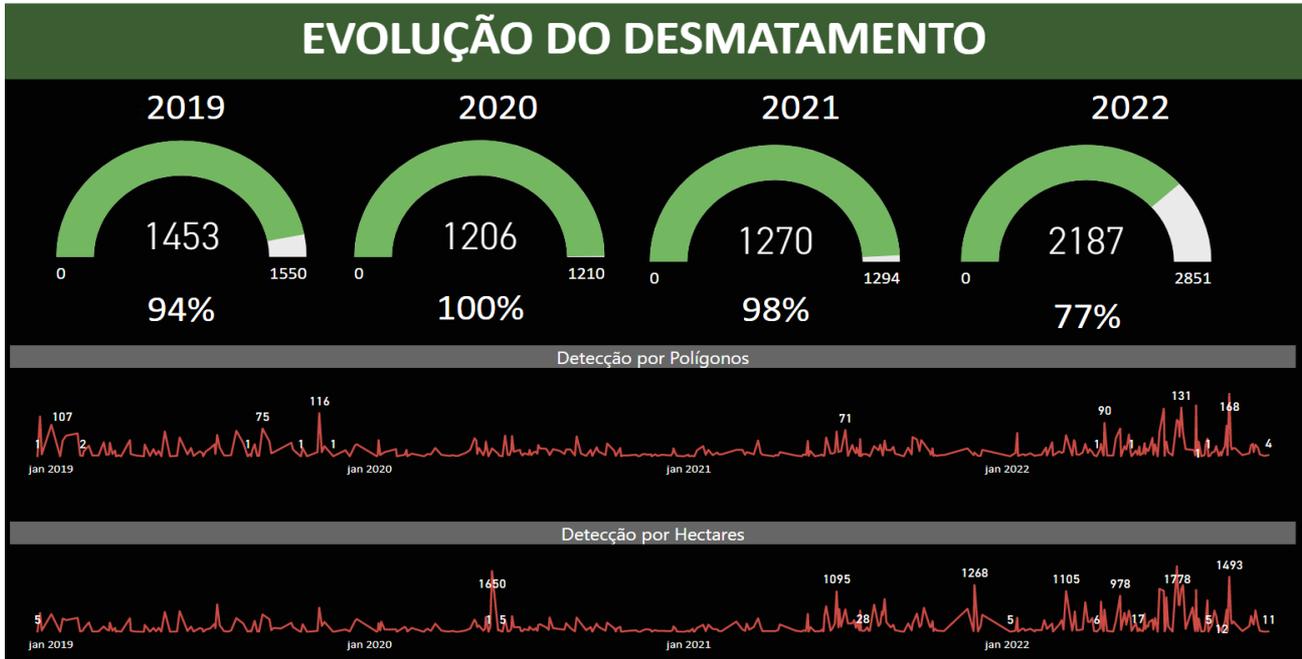
Os dados referentes às áreas identificadas como não autorizadas (chamadas de alertas) são repassados pelo IEF à Diretoria de Estratégia da Fiscalização da Semad, que, com apoio da Polícia Militar, implementa as fiscalizações *in loco*, a fim de verificar se efetivamente é um desmatamento ilegal e, portanto, relacionado a uma infração ambiental. O papel de cada ator no fluxo do monitoramento contínuo é apresentado na Figura 1:



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

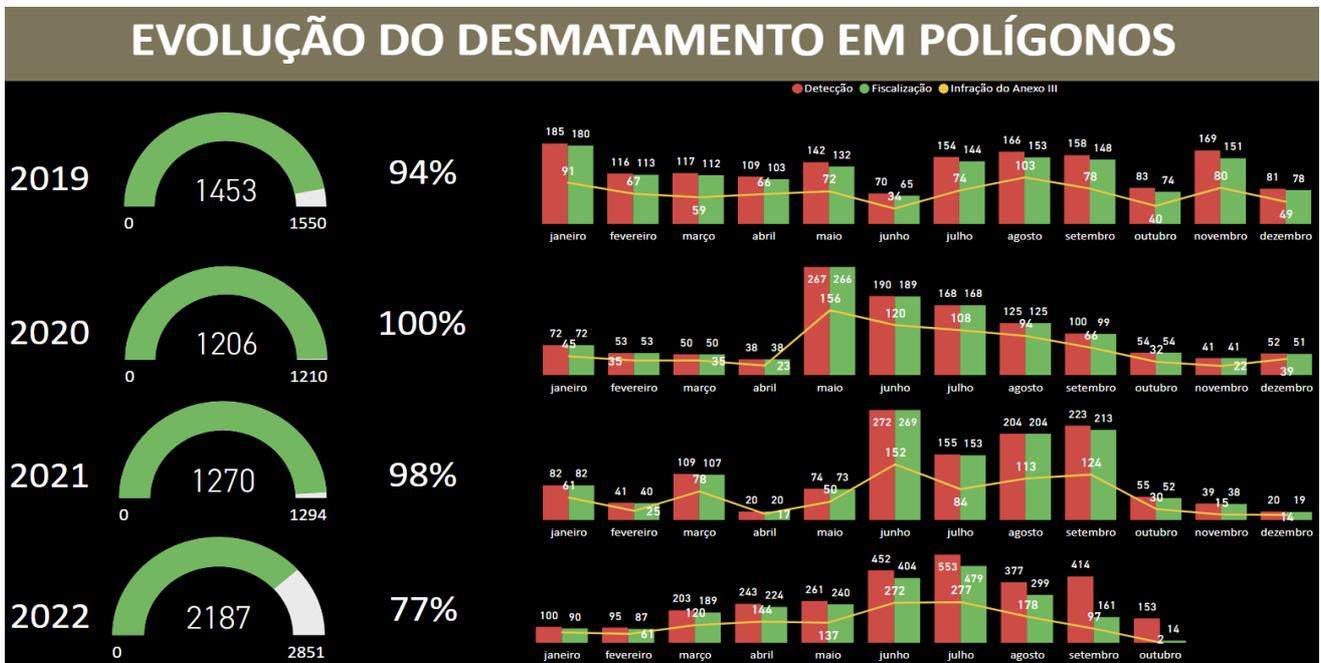
Figura 1 – Papel de cada ator no fluxo de Monitoramento Contínuo

As Figuras 2 a 8 apresentam a evolução do desmatamento no Estado, no período de janeiro de 2019 a outubro de 2022.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Figura 2 – Evolução do Desmatamento no Estado de jan/2019 a out/2022



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Figura 3 – Evolução do Desmatamento no Estado em Polígonos, de jan/2019 a out/2022

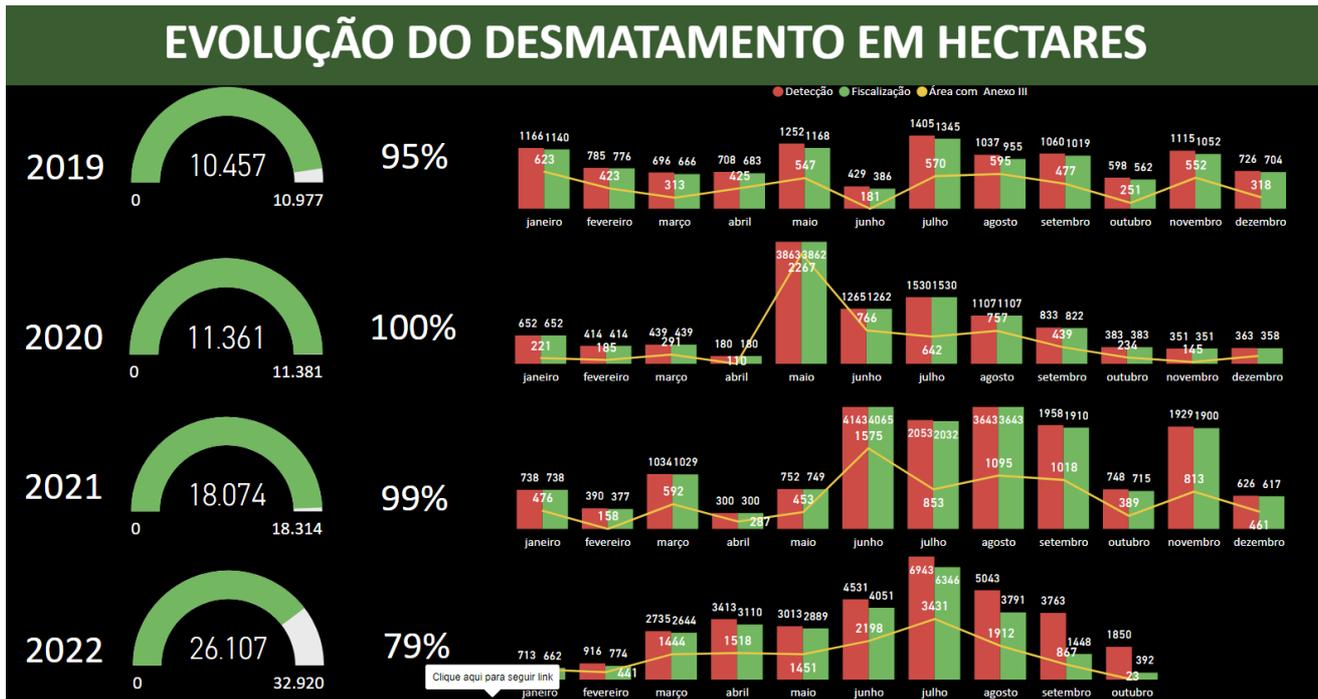
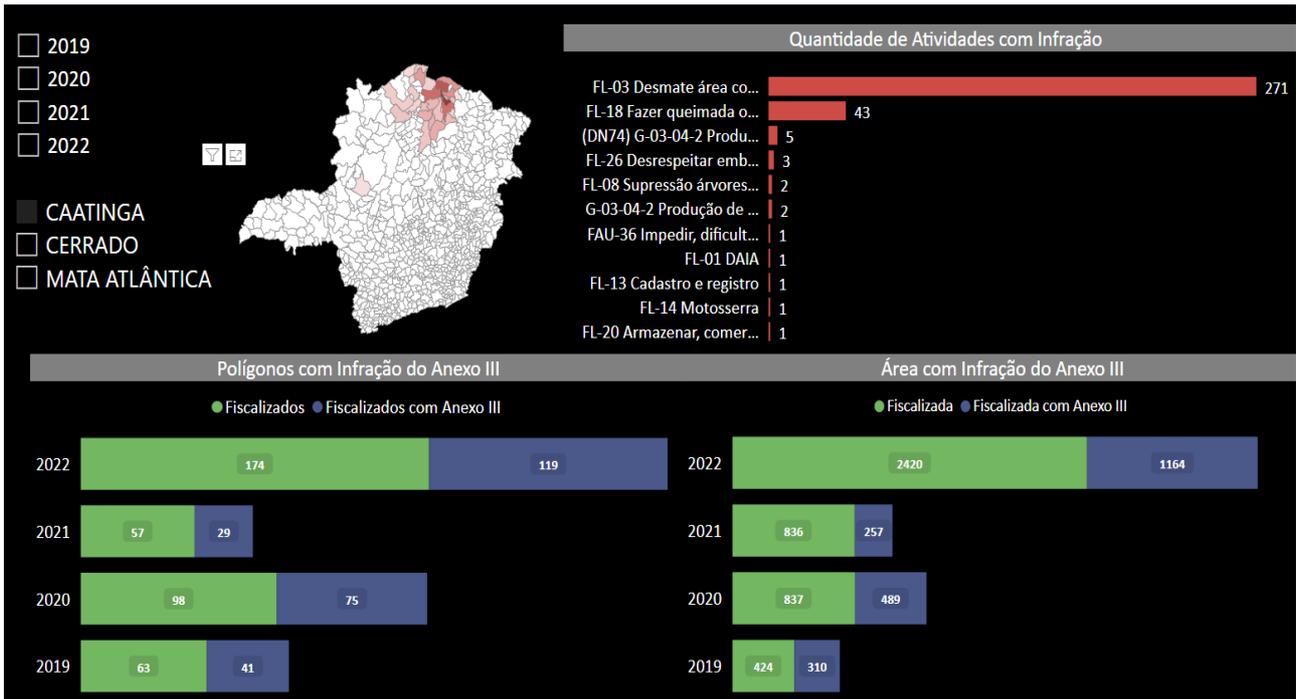


Figura 4 – Evolução da Área Desmata no Estado em Hectares, de jan/2019 a out/2022

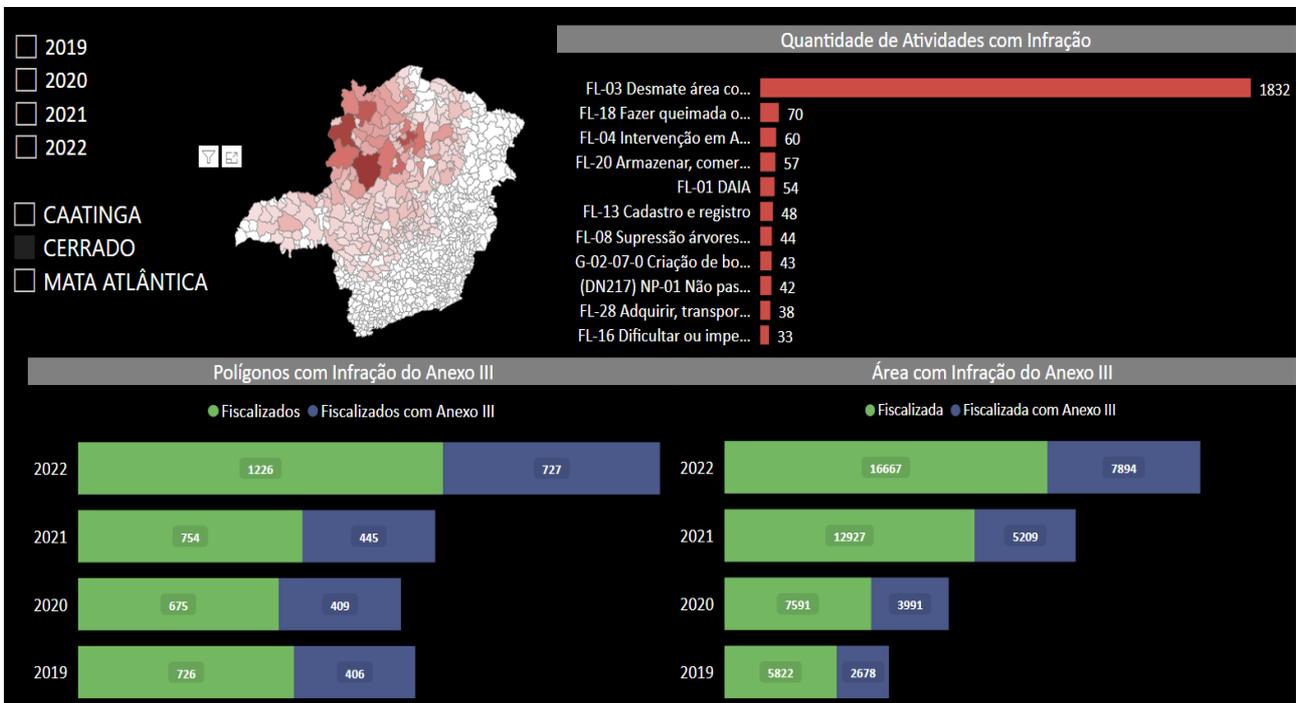


Figura 5 – Municípios do Estado que mais desmataram em 2022



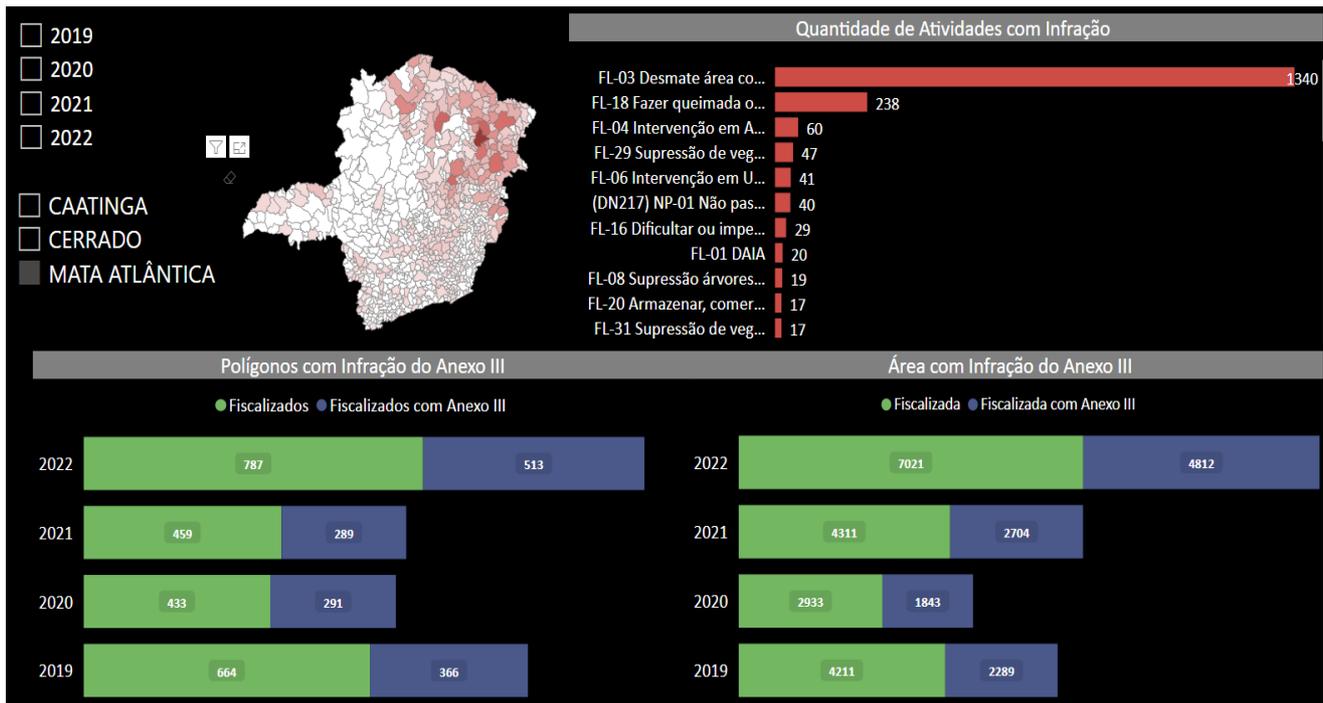
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Figura 6 – Evolução do Desmatamento por Bioma – Caatinga – 2019 a 2022



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Figura 7 – Evolução do Desmatamento por Bioma – Cerrado – 2019 a 2022



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Figura 8 – Evolução do Desmatamento por Bioma – Mata Atlântica – 2019 a 2022

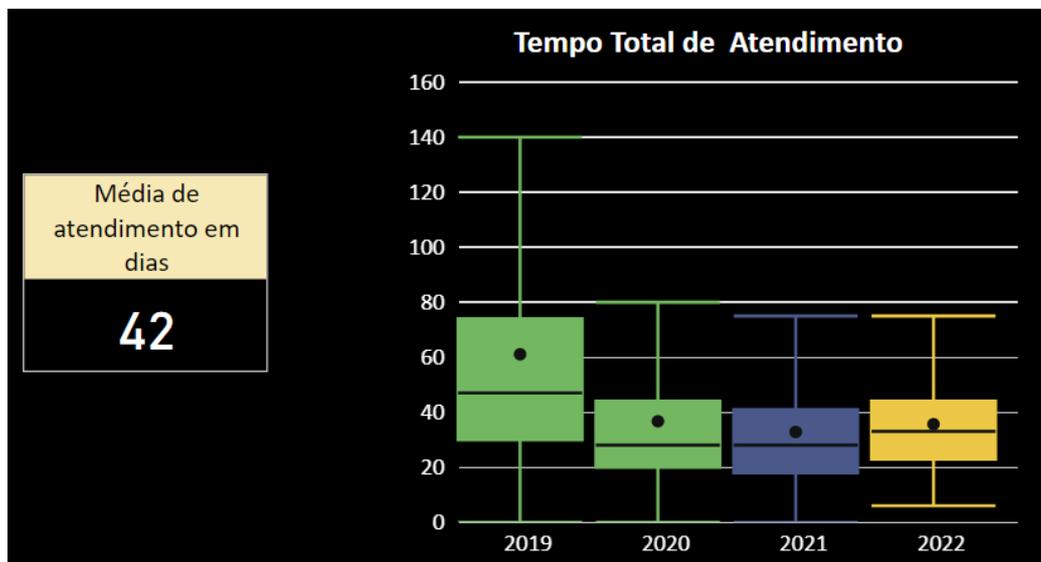
Observa-se um aumento expressivo do desmatamento em Minas Gerais no ano de 2022, sendo que até outubro a área total desmatada foi de 26.107 hectares. Esse número representa um aumento de 144% se comparado aos dados de 2021; e 229% se comparado à 2020. As regiões do Vale do Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas foram as mais afetadas e o cerrado foi o bioma mais desmatado.

Os campeões do desmatamento mineiro do bioma Cerrado são os municípios de João Pinheiro, Buritizeiro, Arinos e Unaí, no Noroeste e Norte de Minas. Já, os do bioma Mata Atlântica são Araçuaí, Capitão Enéas e Francisco Sá, no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas; os da Caatinga são Gameleiras, Pai Pedro e Varzelândia, nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha, respectivamente.

Plano de Ação de combate ao desmatamento

Em resposta ao aumento nas detecções de desmatamento no Estado, a Subsecretaria de Fiscalização da Semad implementou um plano de ação de combate a essa prática, que consiste num conjunto de atividades e metas cujo objetivo é combater a supressão ilegal da vegetação nativa no Estado.

A Fase 1, executada nos meses de novembro de 2021 a janeiro de 2022, focou na intensificação das atividades de fiscalização. Já a Fase 2 começou em junho de 2022 com a deflagração das Operações Especiais Floresta Viva I e II, quando foram realizadas 184 fiscalizações e aplicados R\$118,83 milhões em multas ambientais, num total de 466 infrações. Nessa fase, além da intensificação das fiscalizações ostensivas, foram definidas metas de redução no tempo de atendimento às denúncias e às detecções de desmatamento, prioridade no processamento de autos de infração de desmatamento e ações preventivas por meio da divulgação de boas práticas e de orientações para a população. O tempo de atendimento às denúncias reduziu de 48 para 33 dias. O tempo médio para atendimento aos polígonos do monitoramento contínuo atualmente é de 42 dias. Até setembro de 2022, já foram realizadas 5.810 fiscalizações de combate ao desmatamento ilegal em todo o território estadual.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Gráfico 2 – Evolução do Desmatamento por Bioma – Mata Atlântica – 2019 a 2022

2.3 – Acompanhamento da área impactada por Autorização de Intervenção Ambiental

A intervenção ambiental é conceituada como qualquer intervenção sobre a cobertura vegetal nativa ou sobre área de uso restrito, ainda que não implique em supressão de vegetação. Em Minas Gerais, são consideradas as seguintes intervenções ambientais passíveis de autorização:

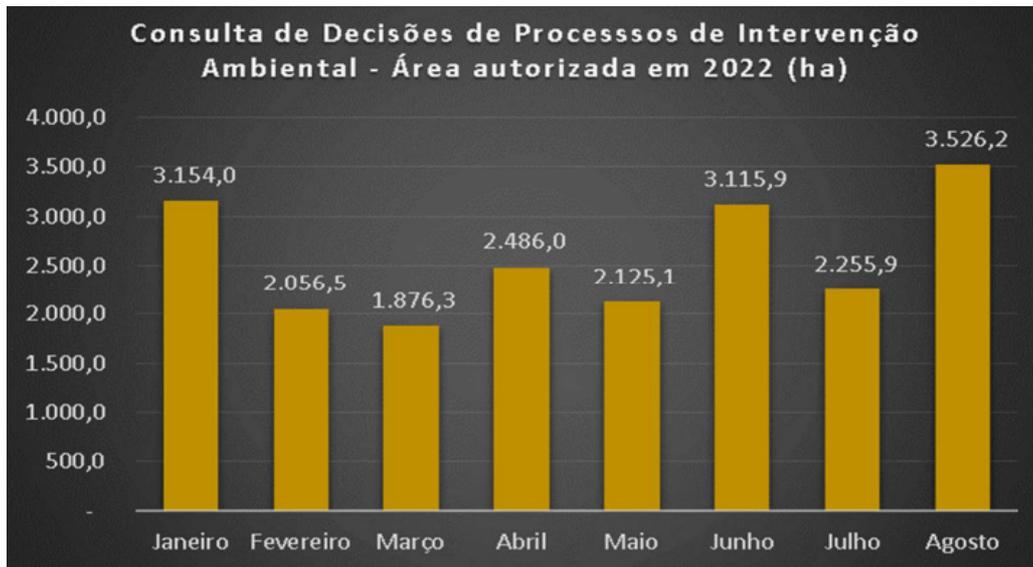
- I. Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo;
- II. Intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- III. Supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas;
- IV. Manejo sustentável;
- V. Destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa;
- VI. Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas;
- VII. Aproveitamento de material lenhoso.

Levando-se em conta a proposta do Assembleia Fiscaliza Mais, foram consideradas para fins de monitoramento as intervenções que, de fato, implicam supressão de vegetação, quais sejam: I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; e II – intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP.

A Tabela 1 e o gráfico 3 trazem informações sobre intervenção ambiental, obtidas por meio de consulta de decisões de processos de intervenção ambiental, em relação ao período de janeiro a agosto de 2022:

Tabela 1 – Processos de Intervenção Ambiental no ano de 2022

Período		Área autorizada (ha)	
2022	1º bimestre	Janeiro	3.154,00
		Fevereiro	2.056,50
	2º bimestre	Março	1.876,30
		Abril	2.486,00
	3º bimestre	Maio	2.125,10
		Junho	3.115,90
	4º bimestre	Julho	2.255,90
		Agosto	3.526,20



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Gráfico 3 – Áreas com Intervenção Ambiental autorizada no ano de 2022

2.4 – Acompanhamento da área destinada a restauração/recuperação

Este monitoramento teve como base o acompanhamento da execução da Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, no âmbito do Programa 104 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conserváveis, a Fauna e a Biodiversidade Florestal, do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, executado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF.

A ação 4276 busca conservar, ampliar e consolidar as áreas de vegetação nativa e recuperar as áreas degradadas ou alteradas. O indicador apurado é “área recuperada, em hectare”.

A meta prevista para o ano de 2022 é a conservação/recuperação de 12.360 hectares. Esta meta atualmente está alinhada ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – no qual são computadas as:

- áreas de reserva legal;
- compensações aprovadas nos processos de licenciamento/intervenção ambiental;
- áreas aprovadas em processos do Programa de Regularização Ambiental – PRA;
- áreas fomentadas pelo IEF.

Na Tabela 2 estão contidos os dados da execução da ação nos meses de janeiro a agosto de 2022, subdivididos por regiões administrativas do IEF.

Tabela 2 – Áreas destinadas à conservação e restauração no ano de 2022

Município/ região/ unidade de entrega	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Total
Alto Jequitinhonha	6,40	36,33	0,00	178,52	202,94	194,58	82,24	29,12	730,14
Alto Médio São Francisco	335,25	17,53	0,00	667,38	349,10	536,34	0,00	707,96	2613,55
Alto Paranaíba	41,86	80,12	254,32	506,98	25,21	128,97	273,94	42,22	1353,62
Centro Norte	0,93	5,69	0,00	50,79	0,00	50,69	0,00	40,38	148,47
Centro Oeste	38,87	56,66	76,30	38,95	29,21	71,79	19,05	120,63	451,46
Centro Sul	189,03	60,14	0,00	87,62	0,00	99,10	154,21	220,57	810,67
Mata	205,76	0,92	0,00	3876,05	636,00	389,13	0,00	10,74	5118,61
Metropolitana	2,95	41,35	0,00	0,00	0,00	97,08	0,00	0,00	141,38
Norte	0,00	301,25	654,25	328,05	952,19	316,20	0,00	363,36	2915,31
Nordeste	0,98	8,80	210,17	0,50	274,73	94,29	54,13	354,66	998,25
Noroeste	379,57	0,00	170,37	27,40	604,61	313,28	138,79	119,57	1753,59
Rio Doce	0,00	29,36	61,36	5557,90	545,11	102,97	0,06	194,82	6491,58
Sul	5,78	21,57	250,02	25,15	151,95	109,45	22,69	62,18	648,80
Triângulo	83,74	0,00	315,84	119,01	105,22	115,46	249,32	23,17	1011,76
TOTAL	1.291,12	659,73	1.992,63	11.464,29	3.876,27	2.619,33	994,43	2.289,38	25.187,19

O Gráfico 4 demonstra o quantitativo de área, em hectares, conservada/restaurada por mês (de janeiro a agosto de 2022). O montante destinado a conservação ou a restauração no período totaliza 25.187,19 hectares.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Gráfico 4 – Áreas Conservadas/Restauradas por mês no ano de 2022

2.5 – Acompanhamento da elaboração do Plano de Ação Climática

Minas Gerais apresenta significativa complexidade climática, associada às projeções de mudanças climáticas globais, pois tem grande diferenciação de fatores físicos, biológicos, sociais e econômicos. Esse dado é alarmante quando se consideram a atual capacidade de adaptação aos presentes e futuros impactos da variabilidade climática e os eventos extremos dos municípios mineiros, estimada pelo Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática – IMVC.

Devido à crise climática e à intensificação de seus efeitos, algumas regiões do Estado tendem a se tornar áridas, o que, em municípios com economias pouco dinâmicas, tem potencial para provocar crises econômicas regionais. Os impactos do calor excessivo potencializado pela possível escassez de água poderão ser observados não somente pelo desconforto físico, mas também pela acentuação das doenças respiratórias e das transmitidas por insetos e parasitas.

Ciente do quadro global de emergência climática, o governo do Estado vem reforçando suas ações para lidar com esse cenário no territorial local. Recentemente, aderiu à iniciativa *Race to Zero* (Corrida para o Zero), campanha global para reunir lideranças com objetivo de zerar emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. Nesse sentido, durante a COP-26 (novembro de 2021) foi assinada a Declaração de Edinburgo, principal documento para reconhecer e formalizar as contribuições dos governos subnacionais na próxima CDB COP15 (15ª Reunião da Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica).

Ademais, o governo estadual integra a coalizão Under2, aliança climática que reúne mais de 260 estados, regiões e províncias em todo o mundo com o objetivo de zerar a emissão de gases de efeito estufa. É ainda membro da Regions4, uma rede global de governos regionais nas áreas de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e biodiversidade. Com isso, também compõe a iniciativa *Race to Resilience* (Corrida para a Resiliência), campanha cujo objetivo é catalisar uma mudança na ambição global de resiliência climática.

No campo prático, a partir do Memorando de Entendimento entre o governo do Estado e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, está sendo coordenado pela Feam o projeto de desenvolvimento do Plano de Ação Climática de Minas Gerais. Sua meta é assegurar um conjunto de instrumentos necessários para a ação de resposta aos efeitos e impactos da crise climática, os potenciais e os já sentidos, no sentido de assegurar a proteção da sociedade em geral, das

comunidades e das populações vulneráveis, dos ecossistemas, dos meios de subsistência e do próprio sistema socioeconômico e ambiental no território do Estado.

O plano é desenvolvido em cooperação com a instituição global CDP – Disclosure Insight Action, o ICLEI – Local Governments for Sustainability – América do Sul e a Coppe-UFRJ/UFMG/USP, com o apoio da rede Catapult Centers e financiamento do UK Pact Green Recovery Challenge Fund.

A proposta técnica firmada entre a Feam e esses parceiros consiste na atualização do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) estadual e no desenvolvimento do Plano de Ação Climática de Minas Gerais, no prazo de 12 meses (contados a partir de novembro/2021). Esses importantes documentos serão a base para o planejamento estadual em âmbito climático para os próximos anos. Ambos envolvem um processo participativo de sensibilização de múltiplos atores, entre eles, órgãos e entidades da administração pública, setor privado, organizações não governamentais e sociedade civil.

Ao realizar diagnósticos do território, a partir do inventário de emissões, levantamento de políticas, programas e projetos relacionados à ação climática e de uma modelagem integrada econômico-ambiental para projeção dos cenários futuros de emissões de GEE e de neutralidade climática, serão definidas metas e planejadas ações e indicadores, em concordância com os mais atualizados e reconhecidos compromissos internacionais, como o Acordo de Paris e a Plataforma de Regiões para o Desenvolvimento Sustentável (Regions4).

O plano pretende realizar uma análise territorial regional inter e multissetorial. Guiado por eixos estratégicos e fundamentado em um diagnóstico de políticas públicas, planos, programas e projetos direta ou indiretamente relacionados à agenda climática em nível estadual, nas características, efeitos e impactos das mudanças climáticas no Estado e em um atual inventário estadual de emissão e remoção de GEE, o plano apresentará diretrizes, metas, ações e indicadores para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima em Minas Gerais. Sua elaboração prioriza o processo participativo de um grupo extenso de interessados, o que fortalece sua construção a partir da realidade local, entendida com base no olhar de diversos setores da sociedade.

O inventário resultou em um diagnóstico atual dos principais setores e atividades que são fontes de emissão e remoção de GEE no Estado. Isso possibilita um planejamento estratégico de longo prazo, que estabelece setores prioritários e medidas a serem tomadas para a redução de emissões de GEE em Minas Gerais. A elaboração desse inventário seguiu metodologias internacionais e inclui emissões dos setores de Energia, Processos Industriais e Uso de Produtos (IPPU), Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra (AFOLU), e Resíduos. O produto final inclui aportes das projeções de emissões de GEE no território mineiro relativas aos cenários de base e de neutralidade climática brasileiros.

O Plano Estadual sobre Mudanças Climáticas, construído com efetivo processo participativo, incluindo sociedade civil, governo estadual e municipais, entidades privadas e outros, abrangerá ações de resposta à emergência climática que deverão ser implementadas nos próximos anos, alinhadas com o objetivo de neutralizar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050 e alcançar um nível adequado de adaptação para a mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas.

- **Metodologia do Plano de Ação Climática**

A partir dos resultados do inventário de emissões de GEE e do diagnóstico para ação climática, tem-se um panorama da situação atual do Estado no âmbito da emergência climática. Com base nisso, foram identificados os eixos estratégicos que devem pautar o desenvolvimento do plano. Esses eixos são direcionados de forma a garantir que os setores mais emissores e as regiões em maior situação de vulnerabilidade climática sejam abordados. Assim, é possível delinear metas de mitigação e adaptação para cada um de seus eixos estratégicos.

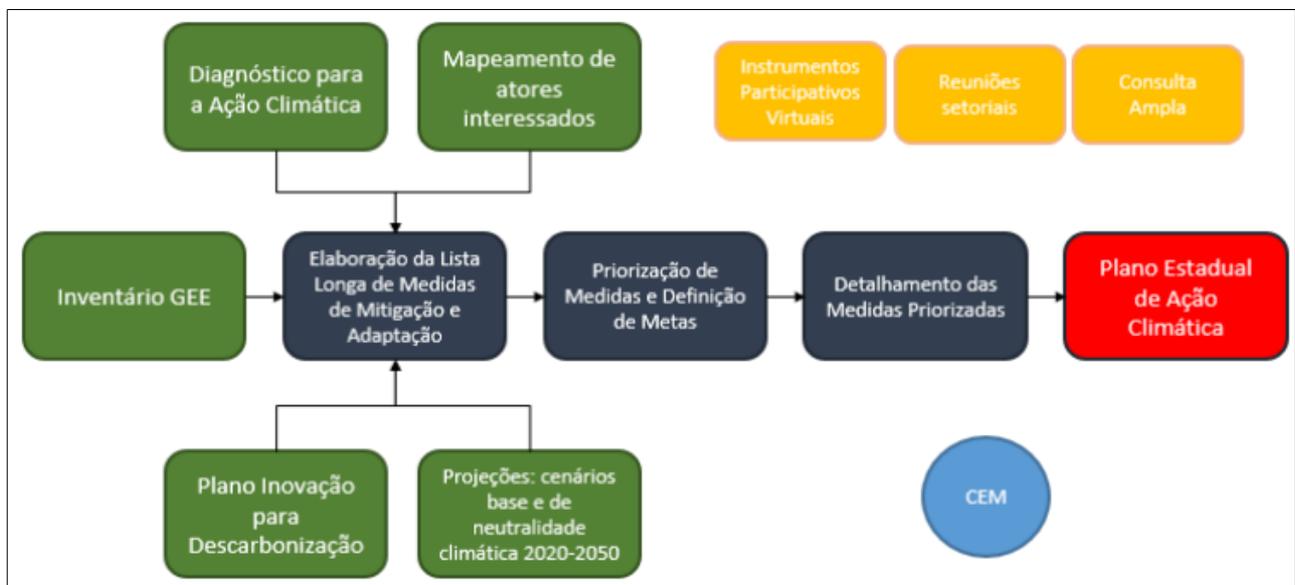
Em uma etapa posterior ocorrerá o desenvolvimento de medidas de mitigação e adaptação para cada um dos eixos estratégicos, de forma que o Estado tenha um caminho para o alcance dos objetivos de neutralidade de carbono e resiliência climática até o ano de 2050, conforme o Acordo de Paris.

Os resultados desse produto serão combinados com referências bibliográficas, experiências de outros estados e contribuições feitas nos momentos de participação, compondo uma longa lista de medidas. A partir dela, serão priorizadas as de mais emergência, considerando eventuais limitações técnicas, políticas e financeiras, bem como a aderência à cultura local. Também serão

levados em consideração outros fatores que o Estado considerar relevantes no processo de priorização, como, por exemplo, medidas que promovam a redução das desigualdades econômicas e territoriais que sejam mistas (mitigação e adaptação), que sejam de infraestrutura ou institucionais, entre outras. Todo o processo de priorização de medidas é feito de maneira participativa, com envolvimento do setor público e demais camadas da população, engajadas por meio de reuniões, questionários, redes sociais, entre outros canais.

Por fim, será feito o detalhamento das medidas priorizadas, com abordagem de pontos como a sua descrição, seus principais benefícios, seus indicadores de monitoramento, o horizonte temporal de sua implementação, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a elas relacionados, além do apontamento das secretarias ou demais órgãos estaduais responsáveis por elas.

A versão preliminar do Plano Estadual de Ação Climática será então apresentada ao governo do Estado e à população para recebimento de contribuições e validação. A partir disso, será feita a revisão para a consolidação em um documento final. A estruturação lógica de todos os produtos previstos é mostrada na Figura 9.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Figura 9– Modelo lógico da elaboração do Plano de Ação Climática

- **Engajamento, consulta e validação**

O processo de consulta aos atores interessados e validação de resultados oriundos das diferentes etapas de elaboração do Plano de Ação Climática de Minas Gerais ocorre por meio de Reuniões com Governo, Capacitação e Sensibilização, Evento Público ou Instrumento Participativos virtuais com foco na apresentação de resultados, coleta de informações e dados e validação de resultados prévios, todos executados em plataformas virtuais como o Zoom, Google Meets e Google Forms.

A etapa de priorização de medidas de mitigação e adaptação é um momento chave de participação pois, a partir de questionários virtuais e da disponibilização dos documentos preliminares para o público, a população poderá fazer uma reflexão mais aprofundada sobre os eixos estratégicos do plano e sobre quais medidas são as mais relevantes a serem nele incluídas, de forma que as prioridades possam ser identificadas. Além disso, pelo fato de os instrumentos participativos aplicados serem de caráter assíncrono, disponibilizados por vários dias, o alcance do número de pessoas tem o potencial de ser maior.

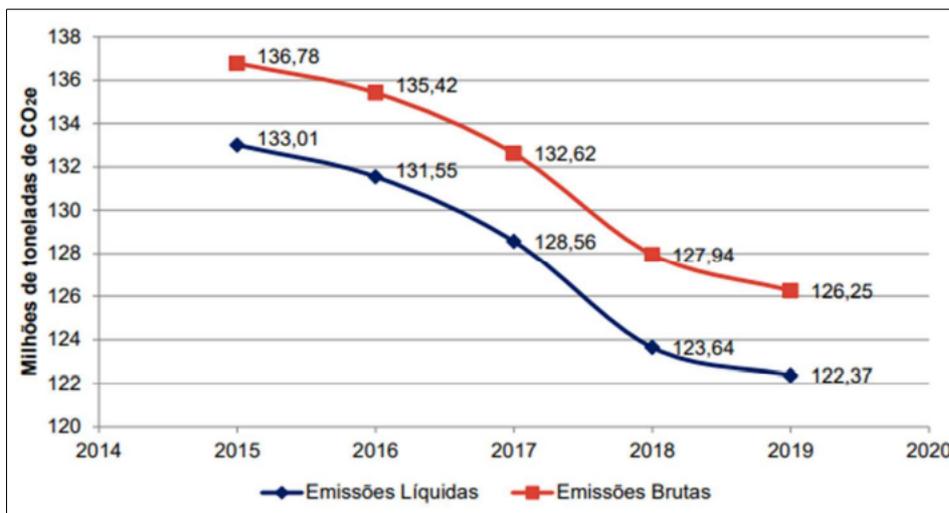
Os questionários virtuais têm como objetivo principal apoiar a equipe técnica na priorização de medidas de mitigação e adaptação, reduzindo o número de medidas propostas no plano, de forma que cada uma possa ser detalhada, o que seria inviável com um número alto delas. Além disso, propõe-se também a disponibilização da versão preliminar do plano para que os atores interessados possam ler e oferecer sugestões que serão incorporadas, sempre que possível, pela equipe técnica contratada, ampliando o senso de apropriação da população e, com isto, fortalecendo as bases para sua implementação.

- **4º Inventário Estadual de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa de Minas Gerais**

Com a coordenação da Feam e o apoio técnico do ICLEI – Local Governments for Sustainability e de várias entidades do governo estadual, o 4º Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa de Minas Gerais foi concluído em agosto/2022. O documento apresenta as emissões no período de 2015 a 2019 no Estado.

Cabe evidenciar a decisão de não se incluírem os anos de 2020 e 2021 no limite temporal do atual inventário de emissões, visto que foi identificada uma baixa disponibilidade de dados, com alto índice de heterogeneidade e baixa completude, em especial devido ao contexto da pandemia de Covid-19, que impactou fortemente as relações sociais, econômicas e ambientais. Desse modo, a inclusão desses anos agregaria um nível alto de incertezas no resultado, reduzindo sua representação da realidade local.

Os resultados indicaram que em 2015, Minas Gerais foi responsável pela emissão bruta de 137 milhões de toneladas (Mt) de CO₂e, com uma redução de 8% em 2019, quando atingiu a emissão de 126 MtCO₂e. Considerando as emissões líquidas (emissões brutas menos as remoções antrópicas), em 2015 as emissões totalizaram 133 MtCO₂e e em 2019, 122 MtCO₂e. O gráfico 5 apresenta a trajetória das emissões nesse período.

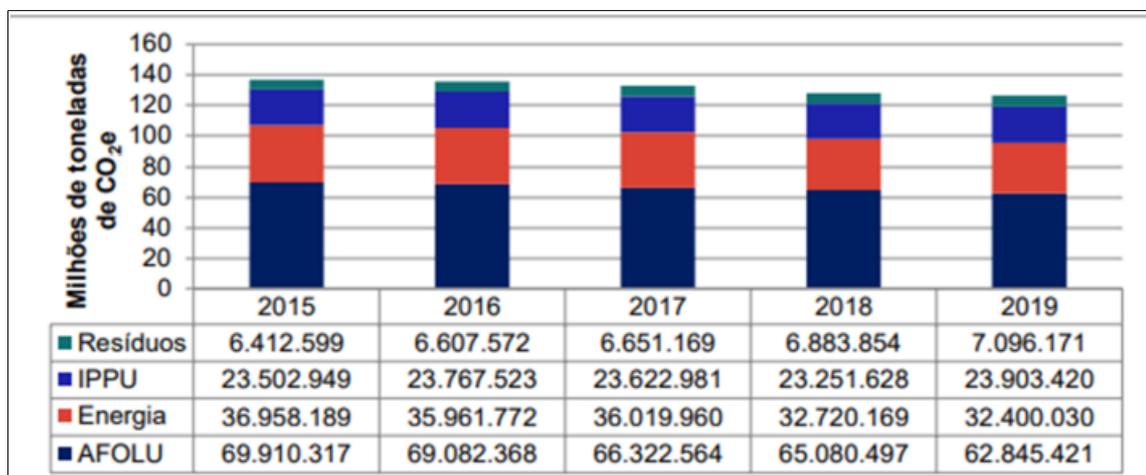


Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Gráfico 5 – Evolução das Emissões de GEE em Minas Gerais

Em linhas gerais, observa-se que o setor de Energia apresentou uma redução significativa de emissões no decorrer dos anos, associada possivelmente com a recessão econômica e também a diminuição na demanda. O setor de AFOLU, que compreende atividades ligadas à mudança do uso da terra e agropecuária, também apresentou uma redução, relacionada principalmente a uma diminuição no rebanho do Estado e também na taxa de desmatamento, em especial no ano de 2019. O setor de Resíduos apresentou um aumento de suas emissões, em consequência principalmente do crescimento populacional e da ampliação do acesso aos serviços de

saneamento. Por fim, quanto ao setor de Processos Industriais, observou-se que as emissões se mantiveram próximas aos 23 MtCO₂e para todos os anos analisados.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Gráfico 6 – Contribuição dos setores no total de emissões brutas e o perfil médio do Estado

O relatório completo do 4º Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa de Minas Gerais está disponível no seguinte endereço eletrônico:

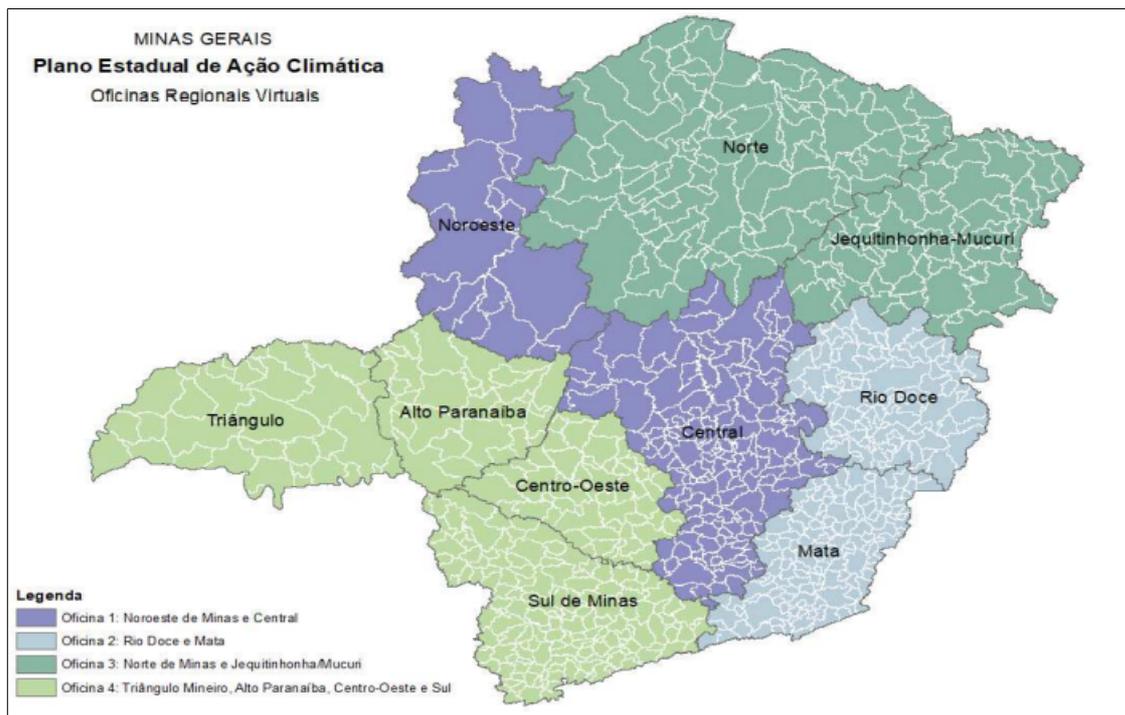
http://feam.br/images/stories/2022/GEE/Relat%C3%B3rio_Invent%C3%A1rio_MG_02092022.pdf

• **Cronograma – Status de Elaboração do Plano**

Como se verifica a partir do cronograma de entregas envolvidas na elaboração do Plano de Ação Climática, o projeto vem sendo elaborado em conformidade com o preestabelecido. Até o momento, foram realizadas as entregas dos macroprodutos:

- P1 – Plano de Trabalho
- P2 – Mapeamento de atores interessados e Estratégia de Mobilização e Comunicação
- P3 – Capacitação da equipe local para a elaboração do Inventário de Emissões de GEE
- P4 – Diagnóstico para ação climática
- P5 – Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de GEE

Como etapa intermediária de elaboração do produto P6 – Relatório do Plano Estadual de Ação Climática, foram realizadas quatro oficinas participativas regionais de maneira a abarcar as diferentes realidades do território para a coleta de propostas de ações climáticas para o Estado.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

Figura 10 – Oficinas Regionais Virtuais do Plano de Ação Climática de MG

O status de elaboração dos produtos e subprodutos do Plano de Ação Climática do Estado é apresentado a seguir:

Tabela 3 – Status de elaboração do Plano de Ação Climática do Estado

Produto	Descrição		Data Prevista	Status
P1	Plano de Trabalho		25/03/2022	Entregue
P1	P1.A1	Elaboração Preliminar do Plano de Trabalho	31/12/2021	Entregue
	P1.A2	Kickoff com o Governo e apresentação do Plano de Trabalho	05/01/2022	Entregue
	P1.A3	Evento público de kickoff e mobilização do Fórum	25/03/2022	Entregue
P2	Mapeamento de atores interessados e estratégia de mobilização e comunicação		30/03/2022	Entregue
P2	P2.A1	Mapeamento de atores interessados	28/02/2022	Entregue
	P2.A2	Elaboração da Estratégia de Mobilização e Comunicação dos atores mapeados	28/02/2022	Entregue
	P2.A3	Entrega da Estratégia de Mobilização e Comunicação revisado e planilha de atores mapeados	30/03/2022	Entregue
P3	Capacitação da equipe local para a elaboração de Inventário		28/02/2022	Entregue
P3	P3.A1	Disponibilização das gravações da capacitação em Inventário de GEE na plataforma AVA	09/12/2022	Entregue
	P3.A2	Formação do Grupo de Trabalho para a elaboração do Inventário	21/01/2022	Entregue
	P3.A3	Reunião de Coordenação dos trabalhos com o Estado de Minas Gerais (apresentação da estratégia de mobilização - P2 e alinhamentos para a capacitação - P3)	14/01/2022	Entregue
	P3.A4	Sessão 1 de Capacitação - Conceitos introdutórios	01/02/2022	Entregue
	P3.A5	Sessão 2 de Capacitação - Diretrizes do IPCC	02/02/2022	Entregue
	P3.A6	Sessão 3 de Capacitação - Identificação de stakeholders e fontes de emissões	07/02/2022	Entregue
	P3.A7	Sessão 4 de Capacitação - Ferramenta Climas e coleta de dados	08/02/2022	Entregue
	P3.A8	Entrega de atas das capacitações, apostila e gravações	28/02/2022	Entregue
P4	Diagnóstico para a Ação Climática		30/04/2022	Entregue
P4	P4.A1	Levantamento de políticas públicas relacionados à ação climática em nível estadual	31/03/2022	Entregue
	P4.A2	Mapeamento de demais instrumentos, como planos, programas e projetos estaduais relacionados à agenda climática	31/03/2022	Entregue
	P4.A3	Entrega do Diagnóstico para Ação Climática revisado	30/04/2022	Entregue
P5	Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de GEE		02/09/2022	Entregue
P5	P5.A1	Coleta e inserção de dados de emissões	31/05/2022	Entregue
	P5.A2	Elaboração do Relatório Preliminar do Inventário	30/06/2022	Entregue
	P5.A3	Disponibilização pública do Relatório Preliminar do Inventário	04/08/2022	Entregue
	P5.A4	Entrega do Relatório do Inventário final	02/09/2022	Entregue
P6	Relatório do Plano Estadual de Ação Climática		30/11/2022	Em elaboração

P6	P6.A1	Elaboração do Plano Inovação para Descarbonização	30/04/2022	Entregue
	P6.A2	Evento público de apresentação e discussão do Plano Inovação para Descarbonização	02/06/2022	Entregue
	P6.A3	Apresentação com as narrativas do cenário de referência e de baixo carbono de médio e longo prazo para Minas Gerais	06/02/2022	Entregue
	P6.A4	Planilha integrada contemplando os cenários de consumo de energia, emissões de GEE e impactos econômicos, discriminados setorialmente e com potencial e custos de mitigação das soluções de descarbonização investigadas para Minas Gerais - Lista longa de medidas	05/09/2022	Entregue
	P6.A5	Realização de oficinas públicas regionais para a coleta de propostas de ações climáticas. Serão realizadas 04 oficinas participativas regionais: 26/08, 30/08, 01/09 e 06/09	06/09/2022	Entregue
	P6.A6	Realização de reuniões setoriais para discutir com maior detalhamento as ações voltadas para mitigação no Estado	30/09/2022	Em elaboração
	P6.A7	Validação das ações e consolidação da versão preliminar das ações	31/10/2022	Não iniciado
	P6.A8	Conclusão do produto P6 - Relatório do Plano de Ação Climática	15/11/2022	Não iniciado
	P6.A9	Apresentação e disponibilização pública da versão final do Plano	30/11/2022	Não iniciado

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – 2022

3 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DA AÇÃO 4276, PREVISTA NO PPAG/LOA, 2020-2023/REVISÃO 2023 RELACIONADAS AO TEMA, DOS DADOS E/OU DOS INDICADORES DISPONÍVEIS

Tabela 4 – Execução Orçamentária da Ação 4276 – 2020 a 2022

Ano	Unid. Orçamentária	Ação	Projeto_Atividade - Descrição	Grupo Despesa - Descrição	Valor Crédito Inicial	Valor Crédito Autorizado	Valor Despesa Empenhada	Valor Despesa Realizada	Percentual Valor autorizado Despesa Realizada
2020	IEF	4276	FOMENTO FLORESTAL	Total	17.010.534	16.338.102	7.753.738	7.753.738	47,46
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.676.692	8.144.669	3.332.994	3.332.994	40,92
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.333.842	8.193.433	4.420.744	4.420.744	53,95
2021	IEF	4276	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	Total	27.671.982	23.150.434	12.964.018	12.964.018	56,00
				INVESTIMENTOS	0	167.604	162.230	162.230	96,79
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.200.063	12.857.087	4.564.811	4.564.811	35,50
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.471.919	10.125.742	8.236.977	8.236.977	81,35
2022	IEF	4276	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	Total	55.289.177	52.795.369	11.011.101	10.934.804	20,71
				INVESTIMENTOS	967.520	967.520	1.331	1.331	0,14
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.822.197	42.211.544	3.723.839	3.647.542	8,64
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.499.460	9.616.305	7.285.931	7.285.931	75,77

Fonte: <http://www.armazem.mg.gov.br/>. Acesso em:10.11.2022

REGIONALIZAÇÃO DOS DADOS FÍSICOS E ORÇAMENTÁRIOS - 2022 -

Regiões	Físico			Orçamentário				
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Out (B)	B/A (%)	Programado PPAG (A)	Executado Outros Jan/Out	Executado Pessoal Jan/Out	Executado Total Jan/Out (B)	B/A (%)
Estadual	10.860	0	0,00	0,00	0,00	8.913.109,67	8.913.109,67	0,00
Região Intermediária de Barbacena	50	811	1.622,00	3.743.612,00	375.944,66	0,00	375.944,66	10,04
Região Intermediária de Belo Horizonte	170	290	170,59	39.682.410,00	204.339,13	0,00	204.339,13	0,51
Região Intermediária de Divinópolis	125	452	361,60	428.266,00	50.398,08	0,00	50.398,08	11,77
Região Intermediária de Governador Valadares	130	6.491	4.993,08	2.041.158,00	277.141,48	0,00	277.141,48	13,58
Região Intermediária de Juiz de Fora	125	5.119	4.095,20	3.728.421,00	323.188,92	0,00	323.188,92	8,67
Região Intermediária de Montes Claros	280	5.526	1.973,57	899.720,00	113.479,94	0,00	113.479,94	12,61
Região Intermediária de Patos de Minas	300	3.107	1.035,67	1.767.406,00	218.185,20	0,00	218.185,20	12,34
Região Intermediária de Teófilo Otoni	175	1.728	987,43	1.674.668,00	176.395,90	0,00	176.395,90	10,53
Região Intermediária de Uberlândia	125	1.012	809,60	971.273,00	103.023,19	0,00	103.023,19	10,61
Região Intermediária de Varginha	20	651	3.255,00	352.243,00	1.491,85	0,00	1.491,85	0,42
Total	12.360	25.187	203,78	55.289.177,00	1.843.588,35	8.913.109,67	10.756.698,02	19,46

Fonte: <http://www.armazem.mg.gov.br/>. Acesso em:10.11.2022

Programa: **0104 - Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal**
 Período: **Quinto Bimestre** - Momento: **SPGF**
 Ação: **4276 - Recuperação Ambiental**
 IAG: **0 - Demais Projetos e Atividades**
 UO Ação: **02101 - Instituto Estadual de Florestas**
 Produto: **Área Destinada a Restauração/recuperação Ou Área Com Restauração/recuperação Iniciada** Unid. de Medida: **Hectare**

Ação Não Regionalizável Meta Física Não C

Monitoramento Mensal Download da Planilha de Municípios Regionalização

Físico **Orçamento**

	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada
Janeiro	1.291,	1.291,	1.291,	3.072,18	846.823,95	849.896,13	849.896,13	849.896,13
Fevereiro	659,	659,	659,	176.068,76	775.069,77	951.138,53	951.138,53	951.138,53
Março	890,	1.992,	1.992,	202.194,04	846.614,36	1.048.808,40	1.048.808,40	1.048.808,40
Abril	1.000,	11.464,	11.464,	210.000,00	832.990,42	1.042.990,42	1.027.543,70	1.027.543,70
Maió	1.200,	3.877,	3.877,	210.000,00	850.000,00	1.060.000,00	1.247.886,61	1.247.886,61
Junho	1.250,	2.620,	2.620,	210.000,00	850.000,00	1.060.000,00	1.137.239,64	1.137.239,64
Julho	1.200,	994,	994,	210.000,00	850.000,00	1.060.000,00	1.184.511,94	1.184.511,94
Agosto	1.100,	2.290,	2.290,	210.000,00	850.000,00	1.060.000,00	1.277.846,17	1.277.846,17
Setembro	1.050,	0,	0,	210.000,00	850.000,00	1.060.000,00	1.201.156,42	1.201.156,42
Outubro	1.000,	0,	0,	210.000,00	850.000,00	1.060.000,00	830.670,48	830.670,48
Novembro	900,	900,	0,	210.000,00	1.550.000,00	1.760.000,00	1.760.000,00	220.847,76
Dezembro	820,	820,	0,	43.013.007,02	263.336,50	43.276.343,52	40.278.671,33	0,00
Totais	12.360,	26.907,	25.187,	45.074.342,00	10.214.835,00	55.289.177,00	52.795.369,35	10.977.545,78

	LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução
SIAFI:15/11/2022	12.360,	12.360,	203,78	55.289.177,00	52.795.369,35	19,85

Fonte: <http://www.armazem.mg.gov.br/>. Acesso em:10.11.2022

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Realizado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Realizado / crédito autorizado - % (D/B)
1.26.1	6.554.558,00	7.094.558,00	7.094.558,00	7.094.558,00	0,00	100,00	100,00
1.72.1	1.470.340,00	1.470.340,00	0,00	0,00	1.470.340,00	0,00	0,00
1.95.1	474.562,00	1.051.407,11	191.372,57	191.372,57	860.034,54	18,20	18,20
3.10.4	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
3.52.1	2.033.000,00	2.033.000,00	0,00	0,00	2.033.000,00	0,00	0,00
3.60.1	13.449.604,00	13.449.604,00	0,00	0,00	13.449.604,00	0,00	0,00
3.61.1	9.533.480,00	9.074.324,84	2.035.729,87	1.990.402,24	7.038.594,97	22,43	21,93
3.72.1	6.174.738,00	2.438.511,00	90.679,22	72.702,45	2.347.831,78	3,72	2,98
3.72.7	1.582.240,00	1.752.802,00	1.533.852,23	1.533.852,23	218.949,77	87,51	87,51
3.91.1	12.916.000,00	12.916.000,00	0,00	0,00	12.916.000,00	0,00	0,00
3.95.7	133.135,00	447.302,40	93.326,87	93.326,87	353.975,53	20,86	20,86
4.61.1	967.520,00	967.520,00	1.331,42	1.331,42	966.188,58	0,14	0,14
TOTAL	55.289.177,00	52.795.369,35	11.040.850,18	10.977.545,78	41.754.519,17	20,91	20,79

Dados atualizados até 15/11/2022 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Out % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Out % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Out (A/B)	STATUS	FAROL
236,72	SUBESTIMADO	☹️	99,58	SATISFATÓRIO	😊	2,38	SUBESTIMADO	☹️

Fonte: <http://www.armazem.mg.gov.br/>. Acesso em:10.11.2022

De janeiro a outubro de 2022, no âmbito da execução da Ação 4276, foram conservadas ou recuperadas 25.187 hectares, quando a meta para o ano inteiro seria de 12.360 hectares. Segundo explicações do IEF o desempenho físico subestimado deve-se ao ajuste na metodologia, que passou a contabilizar os mesmos dados pactuados no PMDI, qual seja, a somatória de áreas de compensação de processos de intervenção e licenciamento fomento executado e/ou gerenciado pelo Instituto.

4 – CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS DE PROVIDÊNCIAS

No decorrer dos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no primeiro Fiscaliza Mais realizado em 2022, constatou-se que os objetivos traçados no plano de trabalho foram cumpridos.

Indicamos que a fiscalização dos desmatamentos ilegais seja intensificada nas regiões do Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas, uma vez que nos municípios localizados nessas regiões foram observados os maiores índices de desmatamentos, bem como recomendamos que seja dada continuidade ao Plano de Ação de Combate ao Desmatamento Ilegal, a fim de coibir o crescimento do desmatamento ilegal que vem ocorrendo ao longo dos anos nos municípios mineiros.

Diante do exposto, concluímos que, apesar das medidas implementadas pela Semad, o Estado ainda enfrenta dificuldades para coibir os desmatamentos ilegais no Estado. Por isso, a comissão propõe a aprovação de requerimentos solicitando:

- a) o envio de cópia deste relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad
- b) providências à Semad, para intensificar as ações de fiscalização relativas aos desmatamentos ilegais, em especial nas regiões Jequitinhonha, Norte e Nordeste de Minas, uma vez que nos municípios localizados nessas regiões foram observados os maiores índices de desmatamentos, bem como recomendamos que seja dada continuidade ao Plano de Ação de Combate ao Desmatamento Ilegal.

c) providências à Semad para que continue atuando para reduzir os prazos das fiscalizações promovidas a partir de alertas de desmatamento e também do atendimento de denúncias, bem como busque garantir mais celeridade à cobrança dos autos de infração relacionados aos desmatamentos ilegais.

5 – ANEXOS

Tabela com os RQNs (com links)

Requerimentos	
10.772/2022 [https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2022&n=10772&t=RQN]	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os índices de desmatamento totais registrados no Estado, obtidos por meio de imagens de satélite pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF – e, posteriormente, fiscalizados pela – Semad –, em parceria com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –; e que esses dados e informações sejam repassados bimestralmente à comissão, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
10.773/2022 [https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2022&n=10773&t=RQN]	Requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre a área impactada por Autorização de Intervenção Ambiental – AIA – no Estado; e que esses dados e informações sejam repassados mensalmente à comissão, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
10.774/2022 [https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2022&n=10774&t=RQN]	Requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre a área destinada a restauração/recuperação ou área com restauração/recuperação iniciada, tendo como base a execução da Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, no âmbito do Programa 104 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conserváveis, a Fauna e a Biodiversidade Florestal, do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022; e que esses dados e informações sejam repassados bimestralmente à comissão, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
10.775/2022 [https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2022&n=10775&t=RQN]	Requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações sobre o <i>status</i> de elaboração do Plano de Ação Climática do Estado; e que esses dados e informações sejam repassados mensalmente à comissão, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.

ade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?n=10775&t=RQN]	esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
11.891/2022 [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11891/2022]	Requerem seja realizada audiência pública para debater a elaboração do Plano de Ação Climática do Estado, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
11.896/2022 [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11896/2022]	Requerem seja realizada audiência pública para debater a emissão de carbono a partir dos índices de desmatamento totais registrados no Estado e seu impacto na emissão total, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
11.897/2022 [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11897/2022]	Requerem seja realizada audiência pública para apresentação do Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática – IMVC – e discussão de sua adoção como política de Estado e referencial para acompanhamento do enfrentamento das mudanças climáticas no território mineiro, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
11.898/2022 [https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11898/2022]	Requerem seja realizada audiência pública para debater a eficácia das ações de fiscalização do Estado no índice de desmatamento ilegal, seus avanços e desafios, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Ações do Estado de Minas Gerais para a mitigação das mudanças climáticas" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.

, Relator.

Sala das Comissões, de de 2022.

GCT/GMA/ LCM/ PMV/ 124538